

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NOS CENTROS DE TREINAMENTO DA EPAGRI: PRINCIPAIS DIFICULDADES NO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

Jeferson Ludvig

Camila Machado

RESUMO

A gestão dos Centros de Treinamento (CETRE) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) apresenta variedade considerável de características orçamentárias carecidas de conhecimento técnico apurado, sob risco de sujeitar falhas na classificação da despesa pública e consequente má aplicação dos recursos. A compreensão coerente destas características e a capacitação contínua sobre a composição orçamentária podem mitigar a propensão dos gestores aplicarem indevidamente os recursos disponíveis. Diante do presente cenário, este estudo objetiva identificar as principais dificuldades no processo de classificação da despesa pública na gestão orçamentária nos CETREs e propor uma solução que, posteriormente, resulte em um plano de ação para capacitação de seus gestores. Na Fundamentação teórica, abordam-se conceitos de gestão e despesa pública, classificações orçamentárias, EPAGRI e CETRE. Metodologicamente, a pesquisa possui natureza descritiva e abordagem qualitativa, com levantamento de dados por meio de entrevista e questionário de perguntas abertas e fechadas, aplicados aos gestores e/ou responsáveis administrativos. Tomando os dados tratados, verificou-se maior dificuldade para classificação do elemento da despesa, seguida da fonte e subação. Já em relação aos problemas advindos, o mais apontado foi retrabalho acompanhado de atrasos na execução das atividades e processos finalizados com falhas.

Palavras-chave: Classificação Orçamentária. Despesa Pública. CETRE-EPAGRI.

1 INTRODUÇÃO

A classificação da despesa pública se caracteriza por sistematizar e uniformizar os gastos públicos. Por meio dela, são geradas informações essenciais para a prestação de contas quanto à correta aplicação dos recursos públicos, tanto aos órgãos de controle como à sociedade de forma geral. Portanto, é fundamental que os gestores públicos a conheçam de forma ampla para que, ao executarem despesas, tenham capacidade de fazê-las com a correta classificação viabilizando a eficiência e efetividade do processo.

Desta forma, os gestores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) devem conhecer a classificação da despesa pública e sua importância, já que é uma empresa pública do estado de Santa Catarina voltada à pesquisa e extensão agropecuária e pesqueira, e que tem um forte compromisso com a sociedade catarinense em disseminar conhecimento, dispondo estruturalmente de 13 Centros de Treinamento (CETRE) distribuídos estrategicamente pelo estado.

Em virtude do porte estrutural disponível, são viabilizados diversos projetos e parcerias que envolvem órgãos estaduais e federais, parcerias estas que, resultam na celebração de convênios e contratos e na obtenção de recursos para realizá-los.

Desta forma, os gestores dos CETREs têm acesso, durante o exercício, a uma variedade considerável de fontes de recursos com características orçamentárias distintas, o que pode dificultar a gestão da execução orçamentária e facilitar que despesas sejam alocadas em centros de custos incorretos, ou até a aplicação de recursos de maneira indevida.

Diante disto, surgiu o seguinte questionamento: quais dificuldades se destacam no processo de classificação da despesa e aplicação dos recursos na execução do orçamento pelos gestores dos CETREs da EPAGRI/SC e quais falhas decorrem disto?

O objetivo geral definido para solucionar o questionamento deste trabalho consiste em identificar as principais dificuldades no processo de classificação da despesa nos CETREs, para tal, têm-se os seguintes objetivos específicos: analisar os critérios utilizados atualmente na classificação da despesa; identificar possíveis falhas neste processo; mapear as competências para a gestão orçamentária e; propor um argumento norteador que leve a plano de capacitação para seus gestores.

A contribuição desta pesquisa contempla, de forma prática, a necessidade de assegurar e otimizar os processos executados pelos níveis de gestão, principalmente, na etapa de tomada de decisão e execução do orçamento.

A relevância deste estudo, especificamente para instituições de ensino profissional e superior público, se dá em promover a análise de problemas corriqueiros e geralmente comuns aos gestores quanto à programação e execução orçamentária, propondo facilitação nas estratégias de prevenção de riscos e execução eficiente das atividades operacionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Chiavenato (2009), a administração pública tem como princípios fundamentais o planejamento, a coordenação, a descentralização, a delegação de competência e o controle.

Entretanto, Fenili (2014) ressalta que gestão pública quando se refere a gerir os negócios do governo, é entendida como a utilização dos princípios administrativos objetivando o bem comum, ou seja, é o planejamento, organização, direção e controle de bens e interesses públicos.

Outrossim, Lima e Castro (2007) destacam que os pilares de uma boa gestão pública podem ser estabelecidos quando regras ou princípios orçamentários são vinculados aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos.

O orçamento está presente na gestão pública em todos os princípios administrativos, a começar pelo planejamento que segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (BRASIL, 2018, p. 67),

O orçamento é o instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período. Para o setor público, é de vital importância, pois é a lei orçamentária que fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro.

Da mesma forma na organização, que segundo Fenili (2014), refere-se a estrutura gerida pelo estado para o alcance do bem comum, nas dimensões física, humana e financeira, e na direção, que conforme Fenili (2014), direção na gestão pública significa conduzir e coordenar os agentes à execução das tarefas as quais respondem, de acordo com o planejado.

Por fim, no controle que para Paludo (2018), parte das chefias competentes ou órgãos próprios no que diz respeito à observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades, e pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria quanto a aplicação do dinheiro e guarda de bens públicos.

Assim, cabe ao gestor público identificar como o orçamento está presente nas suas atividades e atribuições, para que possa gerir dentro de suas diretrizes pois, “O sistema orçamentário nada mais é do que o conjunto de normas jurídicas, princípios e regras utilizados pela Administração Pública na consecução do processo orçamentário”. (METZNER, 2005, p. 39)

Portanto, a gestão pautada nas diretrizes orçamentárias não é facultativa, pois atende a princípios da administração pública como o da eficiência onde Carranza (2014), afirma que se refere a correta utilização dos insumos nos processos, focando no aproveitamento máximo dos recursos e até mesmo o da legalidade.

o agente público deverá agir em conformidade com a lei, fazendo estritamente o que esta determina...., o servidor pode e deve agir exatamente conforme previsto, limitando-se, assim, sua autonomia. (CHIAVENATO, 2009, p. 458)

Dado que para executar os planos de gestão é necessário adequá-los às características orçamentárias de arrecadação de cada órgão, Giacomoni (2017) afirma que planejamento, programação e orçamento são ações sistemáticas, onde objetivos e recursos têm elevada relevância para a correta compreensão do programa de ação considerando o governo como um todo.

2.1. Classificação da despesa pública

A despesa pública é a evidência sistemática das ações da administração pública para consecução de seus objetivos, Ávila (2012, p. 80) a define como

o conjunto de dispêndios do Estado ou de outra pessoa de direito público, destinados para o funcionamento efetivo dos serviços públicos e para a efetivação das políticas públicas. Nesse sentido a despesa é parte integrante do orçamento público, ou seja, aquele em que se encontram classificadas todas as autorizações para gastos com as várias atribuições e funções governamentais.

“A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.” (BRASIL, 2018, p. 67).

A Despesa pública possui diversas classificações. Neste trabalho, tomando a problemática como norteadora, optou-se por ter consideração na classificação orçamentária, especificamente, na natureza da despesa, na subação (ação orçamentária) e na fonte de recursos, que compõem a dotação utilizada pelo público-alvo dos estudos.

2.1.1 Natureza da despesa

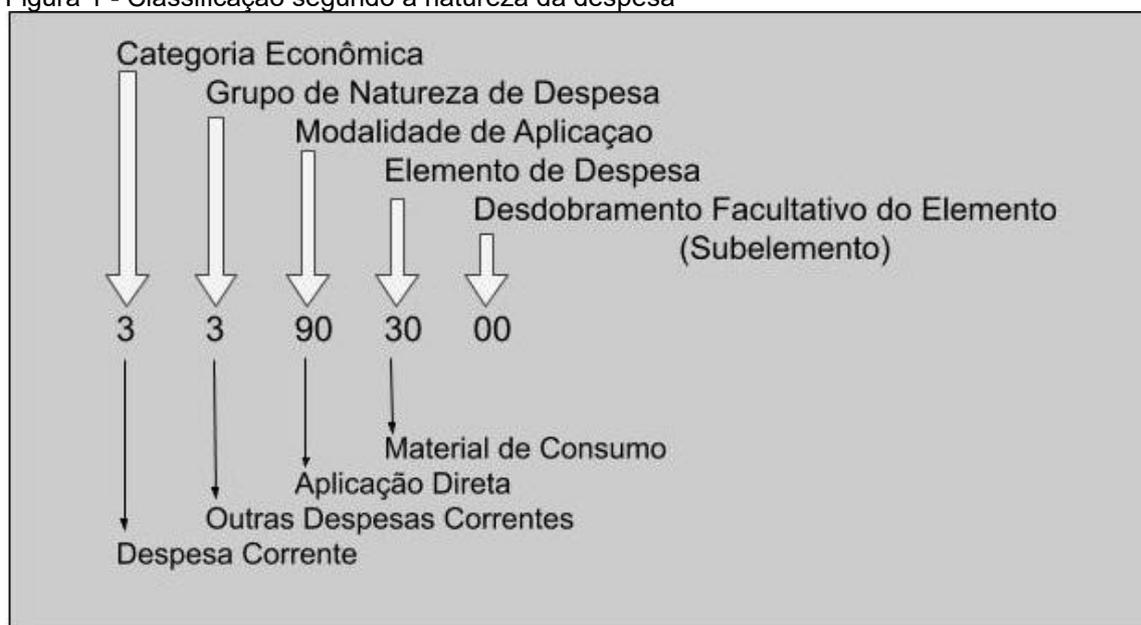
Segundo Ávila (2012), a natureza da despesa revela a característica ou fato gerador do dispêndio ao qual os recursos estão sendo aplicados.

Ademais, corroborando ao Manual Técnico Orçamentário (BRASIL, 2020, p. 52),

o campo que se refere à natureza da despesa contém um código composto por oito algarismos, sendo que o 1º dígito representa a categoria econômica, o 2º o grupo de natureza da despesa, o 3º e o 4º dígitos representam a modalidade de aplicação, o 5º e o 6º o elemento de despesa e o 7º e o 8º dígitos representam o desdobramento facultativo do elemento de despesa (subelemento).

Carvalho e Ceccato (2013) detalham que modalidade de aplicação serve como informação gerencial que visa identificar qual esfera ou ente governamental está aplicando os recursos evitando a contabilização duplicada, já o desdobramento do elemento de despesa, que é facultativo, atende a escrituração contábil e controle de execução orçamentária a exemplo do apresentado no Figura 1.

Figura 1 - Classificação segundo a natureza da despesa



Fonte: adaptado de Manual Técnico Orçamentário (BRASIL, 2020, p. 48)

Pode-se acessar o Decreto Estadual n. 1.323/2012 (SANTA CATARINA, 2012) de classificação da despesa pública, com suas atualizações, que detalha a classificação da despesa orçamentária por natureza, vigente no estado de Santa Catarina.

2.1.2 Fonte de recurso

Ávila (2012, p. 69) discorre que “essa classificação orçamentária busca identificar as origens dos ingressos financeiros que financiam os gastos públicos”.

Ampliando esta compreensão, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Brasil, 2018) ressalta que a fonte de recursos na receita orçamentária indica a correta destinação dos recursos, enquanto na despesa orçamentária indica a origem destes recursos. Assim, a fonte de recursos tem dupla função, integrando receita e despesa.

O registro da arrecadação dos recursos é efetuado por meio de códigos de natureza de receita, sendo que cada receita possui normas específicas de aplicação. Essas normas, por sua vez, podem especificar tanto “quem” deverá aplicar a receita quanto “qual” atividade estatal (qual política pública, qual despesa) deverá ser financiada por meio dessa receita. (BRASIL, 2020 p. 20)

O Manual Técnico Orçamentário (Brasil, 2020), afirma que o código de identificação das fontes de recursos possui três dígitos, onde o primeiro refere-se ao grupo da fonte e os outros dois à sua especificação, exatamente como composto no Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação de fonte

1º Dígito	2º e 3º Dígitos
Grupo da Fonte de Recurso	Especificação da Fonte de Recurso

Fonte: adaptado de Manual Técnico Orçamentário (BRASIL, 2020, p. 17)

A classificação por grupo de fonte segue abaixo no Quadro 2, já a classificação por especificação segue em anexo devido à quantidade de itens.

Quadro 2 - Grupo da fonte

Cód.	GRUPO da Fonte de Recurso (1º Dígito)
1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
2	Recursos de Outras Fontes- Exercício Corrente
3	Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores
6	Recursos de Outras Fontes- Exercícios Anteriores
9*	Recursos Condicionados

Fonte: adaptado de Manual Técnico Orçamentário (BRASIL, 2020, p. 17)

A classificação por fonte auxilia na compreensão e estruturação padronizada do orçamento dentro das esferas governamentais além de, segundo Giacomoni (2017), possibilitar acompanhamento do comportamento da arrecadação e gasto de cada modalidade e proporcionar a classificação para as análises econômico-financeiras.

2.1.3 Ação orçamentária

Carvalho e Ceccato (2013) afirmam que atualmente o gasto público não é acompanhado apenas pelo seu objeto, mas sim por seu objetivo, para tal as ações governamentais são planejadas por meio de programas que estruturam os produtos e serviços oferecidos à população, no chamado Orçamento-Programa.

Dentro destes programas têm-se as Ações Orçamentárias, que nos sistemas de gestão e legislação catarinense são identificados como subação e, segundo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (BRASIL, 2018, p. 70), “são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa”.

Em conceito simplificado, a subação orçamentária representa o desdobramento de uma ação, tornando possível a classificação mais específica da despesa, por conseguinte, incluída dentro do objetivo mais abrangente (BRASIL, 2008).

O Manual Técnico Orçamentário (BRASIL, 2020), especifica que existem três tipos de ações orçamentárias, a atividade que é realizada de modo contínuo e permanente e é responsável pela manutenção da uma ação governamental, o projeto que acontece em período específico e ocorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental e as especiais que não resultam em produtos nem serviços diretos.

“Portanto, o programa é criado visando determinado objetivo. Para que se possa alcançar este objetivo, são necessários produtos, bens e serviços, que serão fornecidos pelas ações. Cada ação deve ter um único produto.” (CARVALHO E CECCATO, 2013, p. 221). O programa resumidamente, deve estruturalmente estar alinhado às ações dispostas no plano plurianual.

2.2 EPAGRI

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina é uma empresa pública dependente do governo estadual, presente em 292 dos 295 municípios do estado, conta ainda com estações experimentais, centros especializados e centros de treinamento (EPAGRI, 2020).

Com a missão “Conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural e pesqueiro, em benefício da sociedade” (EPAGRI, 2020) e pioneira no país ao gerir pesquisa e extensão em uma única empresa, tem como premissa básica o desenvolvimento de tecnologias em suas estações experimentais e centros especializados, como por exemplo melhoramento genético de cultivares, e a oferta destas e outras tecnologias através de suas equipes de ATER (Assistência técnica e extensão rural) que prestam apoio e suporte técnico aos produtores. Além disso, investe na disseminação de todo o conhecimento produzido e adquirido através de seus centros de treinamento, os CETREs. Todo o trabalho da EPAGRI é voltado à sociedade catarinense, desde as atividades diretas que são planejadas e executadas para atender as demandas regionais e suas características, principalmente a produção familiar, ofertando conhecimento a produtores, colaboradores e público em geral.

A EPAGRI tem como fontes de financiamento recursos próprios, originados de contratos de prestação de serviço com as prefeituras, royalties de tecnologias desenvolvidas, recursos provenientes do governo estadual por meio da secretaria de agricultura, da FAPESC (fundo de amparo à pesquisa do estado de Santa Catarina), e outros órgãos ou empresas do estado por descentralização de crédito, além de recursos repassados pelo governo federal em função de convênios firmados.

2.2.1 CETREs

A EPAGRI possui 13 Centros de Treinamento espalhados pelo território catarinense, conforme Figura 2. Estes têm como objetivo ofertar ao público externo e interno, oportunidades de desenvolvimento com cursos técnicos, oficinas, workshops, palestras, entre outros.

Figura 2 – EPAGRI no mapa de Santa Catarina.



Fonte: EPAGRI (2020)

Os centros de treinamento também são utilizados por outros órgãos e empresas públicas parceiras, normalmente vinculados ao estado de Santa Catarina.

Na estrutura organizacional da EPAGRI os CETREs são subordinados às gerências regionais, portanto, cada CETRE possui um gestor a nível de chefia subordinado ao gerente regional da região onde está inserido.

Ressalta-se que, mesmo não sendo subordinados a nenhuma gerência de área administrativa, sempre que necessitam utilizar recursos financeiros, fazem solicitações que são avaliadas pelas gerências administrativas competentes, inclusive o Departamento Estadual de Gestão Econômica Financeira (DEGEF).

3 METODOLOGIA

Ao projetar a pesquisa, o pesquisador define métodos de investigação e coleta de dados para alcançar o(s) objetivo(s).

No quesito natureza, a pesquisa pode ser básica ou aplicada, conforme Zanella (2013). Entende-se que a primeira gera certo conhecimento não aplicável diretamente

e a segunda, é pautada no objetivo de gerar solução a um problema específico. Considerando tais definições, pode-se dizer que a pesquisa pôde ser classificada como de natureza aplicada, pois propôs solução a um problema prático relacionado à classificação da despesa e projetos desenvolvidos nos CETREs. Esta solução possibilita ainda indicar a viabilidade da formação dos gestores dos centros de treinamento para consecução plena e eficiente do orçamento.

A pesquisa descritiva por Zanella (2013), foca dar conhecimento à realidade estudada, descrevendo características de determinada população ou fenômeno, objetivando a identificação de opiniões e atitudes fazendo-se uso de questionário e observação. Neste sentido, quanto aos objetivos, esta pesquisa apresentou características descritivas.

Com relação à abordagem da pesquisa, pode ser classificada como quali-quantitativa que segundo Pereira et al. (2018) ocorre quando há um misto nos instrumentos de coleta.

Quanto aos procedimentos utilizados, para Gil (2008), ao direcionar o estudo a um único grupo, fazendo uso da observação decorrente da participação do pesquisador no fluxo do processo, pode-se classificar a pesquisa como estudo de campo. O mesmo autor ressalta neste argumento ainda que, as pesquisas que propõem resoluções de problemas em seu desenvolvimento fazem uso de fontes bibliográficas.

Por fim, a pesquisa foi aplicada de forma direta ao público que se desejou obter as informações e ponderando os meios de execução técnicos, a pesquisa enquadrou-se na tipificação esclarecida por Pereira et al. (2018, p. 73), como de levantamento:

Nos levantamentos de dados, o início ocorre por meio de observação dos fenômenos. O passo seguinte ocorre através da aplicação dos questionários e/ou por meio da realização de entrevistas que podem ser gravadas e com posterior transcrição (escrevendo o que foi levantando oralmente), por meio de questões abertas (de resposta livre).

Conforme definição de Zanella (2013), o levantamento designa-se “pelo contato direto com as pessoas”, neste caso classificaram-se os gestores dos CETREs que compuseram a população. A coleta de dados se deu por meio de entrevista que resultou na aplicação de questionário de perguntas fechadas e abertas.

A pesquisa, primeiramente, concebida por entrevista estruturada a partir da observação participante do pesquisador realizou-se no dia 26 de outubro de 2020 com dois gestores do Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeiro

(DEGEF) da EPAGRI SC e da divisão de execução orçamentária, gerente e chefe, respectivamente, sendo cinco perguntas abertas ao qual buscou-se identificar a percepção quanto alguma dificuldade por parte dos gestores e/ou chefes administrativos na classificação de despesas orçamentárias, bem como quais causas, efeitos e soluções indicariam.

Os entrevistados foram escolhidos por ocupar posições estratégicas no fluxo de realização das despesas, pois são eles que avaliam as solicitações de empenho das unidades EPAGRI, ou seja, quando as unidades, inclusive os CETREs, necessitam realizar alguma despesa e fazem uma solicitação de empenho, esta tem suas características financeiras e contábeis avaliadas por estes gestores estaduais. Assim, entendeu-se que a percepção deles, quanto o nível de conhecimento de quem inicia o processo, poderia servir como norteador para a elaboração do questionário.

Em um segundo momento, com base nas respostas das entrevistas com os gestores do DEGEF, foi elaborado um questionário a ser aplicado aos gestores e/ou responsáveis administrativos dos CETREs que, entre outras atividades, exercem algumas que requerem a classificação de despesas. A população corresponde aos 14 gestores e/ou responsáveis administrativos dos 13 CETREs, sendo que, em um deles, são duas pessoas dividindo essas atividades. O questionário foi elaborado na plataforma G-Suite do Google, utilizando a ferramenta formulários, que permitiu manter o anonimato do respondente e ao mesmo tempo limitar a uma resposta por participante.

Ainda assim, antes de enviar aos chefes e/ou responsáveis administrativos realizou-se um pré-teste com a anuência e participação dos dois gestores estaduais. Após o aval destes, os questionários foram enviados no dia 29 de outubro de 2020 via e-mail e obteve-se uma amostra de 8 respondentes.

4 ANÁLISE RESULTADOS

Com base nas observações feitas, no dia a dia do Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeira, na Divisão de Execução Orçamentária, foi realizada uma entrevista com os gestores, gerente e chefe respectivamente, para que fosse possível identificar a avaliação deles quanto a ocorrência de falhas na classificação de despesas por parte dos Gestores e/ou responsáveis administrativos.

Também as informações extraídas destas entrevistas serviram de referência para a elaboração do questionário aplicado aos Gestores e/ou chefes administrativos, identificando assim como autoavaliam-se com relação ao nível de conhecimento da classificação da despesa.

4.1 Percepção dos gestores da DEGEF

Na entrevista foi perguntado se os gestores e/ou chefes administrativos tem dificuldades para realizar as solicitações de compras, quanto a classificação da despesa, ambos entendem que sim, mas há de se destacar o posicionamento do chefe da divisão de execução orçamentária, que afirma de forma mais contundente que existem sim dificuldades.

Na sequência, foi perguntado sobre quais erros são mais frequentes, suas consequências e quais fatores facilitam estes erros. Os erros mais frequentes segundo os entrevistados, são com relação ao elemento de despesa, fonte e subação, destacando elemento de despesa como o mais crítico. Como consequência, a mais comum ficou o retrabalho e a mais grave quando o processo acaba sendo registrado com falhas. Com relação às circunstâncias que facilitam essas ocorrências, foram citados o excesso de itens similares no sistema e o excesso de tarefas e atividades não afins realizadas pelos responsáveis administrativos, além da falta de conhecimento sobre a classificação da despesa.

Por fim, questionou-se como podem ser evitados os erros e dificuldades relatados, e foi indicado uma revisão nos cadastros do sistema e o aperfeiçoamento dos chefes e/ou gestores administrativos.

4.2 Percepção dos gestores e/ou responsáveis administrativos dos CETREs

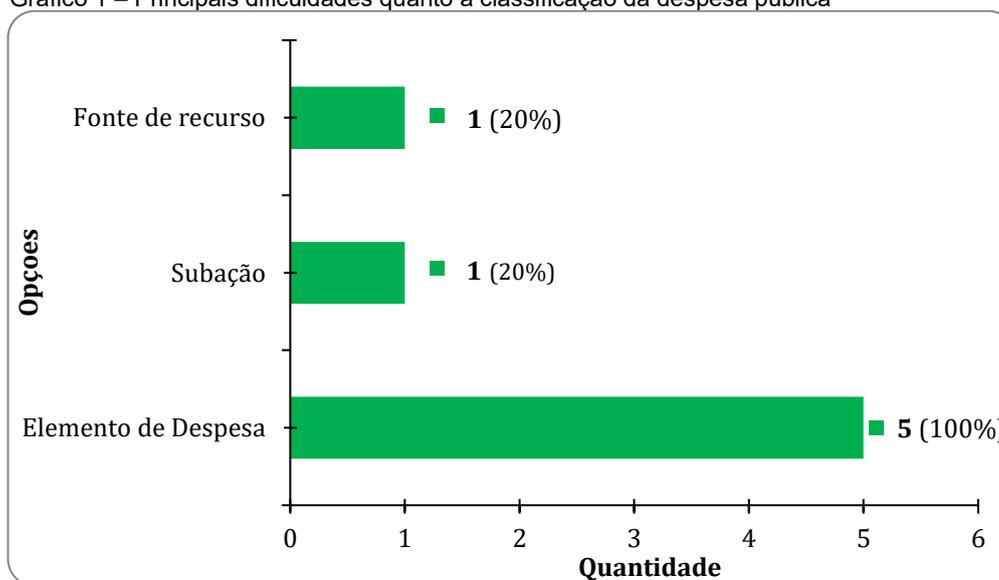
O questionário aplicado foi baseado nas observações e também nas entrevistas realizadas junto aos gestores do Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeiro (DEGEF), que são responsáveis por analisar as solicitações dos gestores e/ou responsáveis administrativos dos CETREs.

A primeira pergunta feita aos gestores e/ou responsáveis administrativos buscou apontar sobre a existência de alguma dificuldade, dúvida ou desinformação que interferissem nas solicitações de compras e SE's (solicitações de empenho), quanto à classificação de despesas. O resultado apontou que 5 ou 62,5% dos

entrevistados entenderam que sim, ou seja, ao elaborarem uma solicitação de compra ou uma SE boa parte dos responsáveis por fazê-las não tem segurança quanto a correta classificação da despesa em questão.

Aos respondentes da primeira questão que optaram por sim, foi questionado quais seriam as dificuldades, onde por permitir mais de uma alternativa, todos se referiram ao elemento de despesa, 20% também optou por fonte de recursos e outros 20% por subação, demonstrando que a maior dificuldade percebida pelos entrevistados é com relação ao elemento de despesa, conforme observa-se no Gráfico 1. Além dessas alternativas, havia o campo “outros” para preenchimento, porém, não foi selecionado pelos respondentes.

Gráfico 1 – Principais dificuldades quanto à classificação da despesa pública

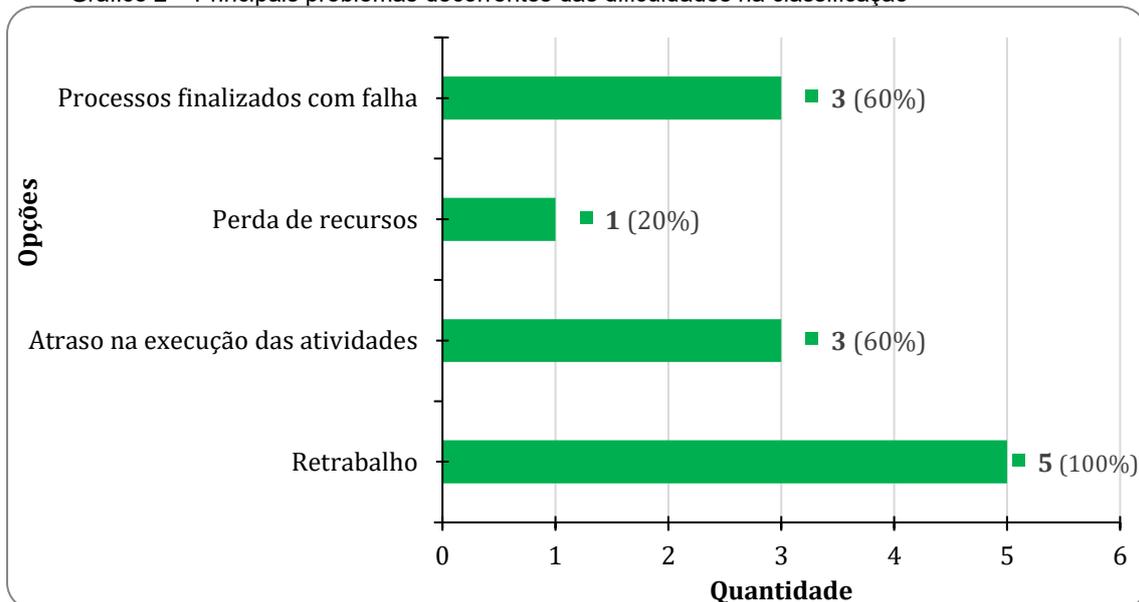


Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Fonte e subação também fazem parte da classificação da despesa e são muito importantes. Ressalta-se que algumas fontes de recursos podem ter destinação específica de acordo com sua origem e, neste momento, sobressai o papel do gestor em saber quais as fontes de recursos disponíveis e escolher a mais indicada ao gasto a ser realizado, podendo ser pela sua temporalidade, por sua exclusividade, ou qualquer outro fator que influencie. No caso da subação, que irá demonstrar qual produto ou serviço está sendo entregue e a qual programa está sendo aplicado o recurso, pode, neste caso, um equívoco levar a outro, ou seja, escolha de uma subação incorreta conduzir a escolha da fonte de recurso não indicada, também a escolha do elemento de despesa de forma errônea, pode levar a falhas na seleção da fonte ou subação.

A pergunta seguinte referiu-se aos problemas que podem ocorrer por causa das dificuldades apontadas anteriormente, todos os respondentes selecionaram retrabalho e destacou-se que 60% dos entrevistados que entendem existir dificuldade na classificação da despesa, trazem como efeitos possíveis atrasos na execução das atividades e processos finalizados com falhas, este último mais grave e ainda 20% entende que pode ocorrer perda de recursos, conforme demonstrado no Gráfico 2. Assim como na questão anterior, o campo “outros” não foi selecionado.

Gráfico 2 – Principais problemas decorrentes das dificuldades na classificação



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Atrasos na execução de atividades podem representar a não oferta adequada do produto/serviço a população, também processos finalizados com falhas podem ter consequências muito ruins, entre elas, processos administrativos por auditorias, internas ou externas e, a perda de recursos resulta em deixar de entregar a comunidade o produto/serviço, ao qual se é responsável.

No questionário elaborado também havia uma pergunta aberta onde os gestores e/ou responsáveis administrativos podiam descrever quais medidas poderiam ser tomadas para que se impedisse ou minimizasse os efeitos destas dificuldades. As respostas mais comuns referem-se a manuais e treinamentos, indicando que há percepção por parte deste público quanto a necessidade de desenvolvimento profissional. Isto pode indicar um facilitador quanto a aceitação, participação e por consequência absorção das propostas de desenvolvimento ofertadas a este público.

O questionário apresentou aos respondentes uma escala de 0 a 5, para que classificassem quão necessárias são as medidas elencadas na pergunta anterior, onde 0 seria para não haver urgência e 5, necessário imediatamente. O grau das respostas ficou entre 2 e 4 apresentando uma média de 3, o que na escala foi compreendido como bastante necessário.

Por fim, foi questionado qual setor da empresa deveria oferecer apoio para que fossem eliminadas estas dificuldades e todas as respostas fizeram menção ao DEGEF de forma direta ou indireta mencionando uma de suas divisões.

Desta forma, em posse dos resultados apresentados na pesquisa concluiu-se que, de uma forma geral, existe por parte dos gestores e/ou responsáveis administrativos a percepção de que não tem conhecimento satisfatório, causando insegurança quando realizadas atividades relacionadas a classificação da despesa o que demanda algumas formas de suporte, destacando que reconhecem a necessidade de treinamentos. Além disto, constatou-se que estes, se ofertados pela DEGEF, teriam maior aceitação ou credibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução orçamentária de forma assertiva é muito importante para o cumprimento do que foi planejado previamente e determinado em lei a partir da Lei Orçamentária Anual (LOA), assim o gestor público tem no princípio da legalidade o dever de cumpri-la, mas antes disso, mesmo que não leve ao ponto de incorrer em improbidade, deve-se atentar e buscar iniciar o processo com a máxima correção possível, pois isto certamente evita, retrabalhos, atraso de atividades, perda de recursos e tantos outros transtornos possíveis.

No caso da EPAGRI e seus CETREs a classificação da despesa tem uma série de opções, a começar pelas fontes de recursos que são várias entre fontes próprias e de terceiros, onde algumas têm destinação específica, associadas a algumas atividades outras ainda com prazo para a utilização, passando pelas subações, que devem ser escolhidas de acordo a atividade que está sendo realizada e qual produto ou serviço será entregue a sociedade, e por fim temos a natureza da despesa, esta deve seguir o decreto estadual, e contém oito dígitos que representam 5 níveis de classificação. Diante das variáveis de cada um destes 3 elementos que compõem a

classificação da despesa, temos ainda algumas particularidades entre as mesmas, elementos de despesas que só podem ser utilizados com fonte específica, subação com utilização associada a fonte, subação e fonte de recursos vinculados a elementos de despesas, entre outros.

Desta forma é certo que iniciar o processo de forma correta, evitando os transtornos já citados, significa iniciar o processo com a despesa classificada adequadamente, que também é fator fundamental a correta utilização dos recursos, e que deve seguir uma série de critérios, desde legais a administrativos, estes últimos buscando a eficiência e efetividade na realização das despesas.

Para tal, há de se reconhecer que não é responsabilidade exclusiva dos responsáveis administrativos, aqueles que iniciam o processo e que tem uma gama de outras atividades atreladas a eles, cabe também aos responsáveis pela gestão central que trabalham de forma mais específica com tudo que envolve a classificação orçamentária, o apoio para que o façam de forma correta, coerente e segura.

O apoio atualmente já é prestado na forma passiva, ou seja, quando solicitados suporte e informação, mas é notável que deve ser ativo ou proativo, antecipando-se às dúvidas ou dificuldades e disponibilizando as informações básicas de fácil compreensão, conforme indicado na pesquisa podendo fazer uso de manuais e treinamentos.

Cabe destacar que a EPAGRI tem disponível a plataforma G-Suite do Google e esta fornece uma série de ferramentas que podem facilitar a elaboração de uma trilha de aprendizagem de baixo custo e extremamente acessível ao público-alvo, onde são indicadas a disponibilização de materiais para treinamento. Estes devem ser dinâmicos e carecer de pouco tempo, podendo ser divididos em etapas, caso necessário, após isto é fundamental verificar o que foi absorvido aplicando questionários de avaliação, assim sucessiva e periodicamente.

É importante ressaltar que sempre haverá dúvidas em relação à execução orçamentária, mas tomando como norteador o pensamento de Chiavenato (2012) sobre treinamento, que define esta ferramenta como um processo educativo rápido, aplicável sistematicamente para funções específicas, espera-se com a elaboração da trilha de aprendizagem a minimização das dúvidas recorrentes como também que os possíveis questionamentos sejam melhor elaborados, pois ao conhecer mais do tema espera-se aumentar a capacidade de discernimento. Isto é basicamente o que fará com que os processos não sejam recorrentemente devolvidos, agilizando o

andamento dos mesmos, reduzindo os riscos de perdas de recursos, classificações errôneas entre outros. Alcançando assim, maior eficiência e efetividade na classificação da despesa pública.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Orçamento público**. Curitiba: IFPR, 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 8 ed. Brasília: STN, 2018. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Orçamento Federal (SOF). **Manual Técnico de Orçamento (MTO)**. 14ª versão. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php>. Acesso em: 20 out. 2020.

CARRANZA, Giovanna. **Administração geral e pública**. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2014.

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. **Manual Completo da Contabilidade Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Construção de Talentos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. **Administração Geral e pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

EPAGRI. **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/a-epagri/unidades/>. Acesso em 23 dez. 2020.

FENILI, Renato. **Administração geral e pública**. 2. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2014.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

METZNER, Márcio. **Orçamento público como ferramenta gerencial: o caso UDESC**. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - UDESC, Florianópolis, 2005. Disponível em: http://www.tede.udesc.br/bitstream/tede/548/1/orcamento_publico_udesc.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

OTANI, Nilo. **Livro didático: metodologia.** Florianópolis: Cerfead, 2020. Disponível em: <https://moodle.ead.ifsc.edu.br/mod/book/tool/print/index.php?id=103160>. Acesso em: 20 out. 2020.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública.** – 7. ed. – São Paulo: Método, 2018.

PEREIRA, A.S.;SHITSUKA, D. M.;PARREIRA, F. J.;SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica.** Núcleo de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB, 2018.

SANTA CATARINA. SEF SC – Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. **Decreto nº 1.323 de 21 de dezembro de 2012.** Aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Disponível em:

http://www.sef.sc.gov.br/servicos/assunto/35/Execu%C3%A7%C3%A3o_Or%C3%A7ament%C3%A1ria. Acesso em 12 out. 2020.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa.** 2. ed.reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.